

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lewandowski entregou PEC da Segurança em abril

Secretários se unem para mudar PEC da Segurança

Acontecerá em Brasília entre os dias 1o e 3 de julho um grande encontro nacional na área de segurança pública. Vão se reunir na capital do país os 27 secretários estaduais de Segurança, comantes das Polícias Militares e outros integrantes do setor numa grande discussão. Que visará principalmente interferir no debate sobre a PEC da Segurança que tramita no Congresso

Nacional. Uma primeira ação conjunta dos secretários de Segurança já fez o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, mudar a primeira versão da proposta, enviando uma segunda mais próxima daquilo que os estados desejam. Mas a discussão não acabou. Segundo o secretário de Segurança do DF, Sandro Avelar, a reunião será um momento importante de pressão.

Preocupação

Pesquisa Genial/Quaest em abril apontava que a segurança é hoje o maior motivo de preocupação dos brasileiros, elencada por 29% dos entrevistados. Segundo Avelar, não há como produzir uma PEC da Segurança Pública sem envolver os estados na discussão.

Crimes

“Quando se fala nessa preocupação, as pessoas estão falando principalmente dos crimes que são combatidos pelas polícias nos estados, e menos nos crimes nacionais que são de responsabilidade da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal”, observa Avelar.

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Avelar obtém consenso entre esquerda e direita

Avelar transita entre a esquerda e a direita

Presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Segurança Pública (Conseesp), Avelar tem um perfil político curioso, que ajuda na obtenção de consenso com os demais secretários. Avelar transita entre a esquerda e a direita. Oriundo da Polícia Federal, ele foi secretário de Segurança no governo de Agnelo Queiroz, do PT, no

DF. Retornou no governo de Ibaneis Rocha como consequência do 8 de janeiro de 2023. Quando se tornou interventor na área de segurança após a invasão e depredação dos prédios dos três poderes, Ricardo Capelli o nomeou, com aval de Celina Leão. Quando Ibaneis voltou, manteve Sandro Avelar no posto.

Conselho

Um dos pontos de crítica quanto à PEC da Segurança é a ideia de subordinação das estratégias ao Conselho Nacional de Segurança Pública. “Esse conselho só se reúne uma vez a cada seis meses”, protesta Avelar. “Ou muda o formato do conselho ou muda essa subordinação”.

Versões

A primeira versão da PEC condicionava recebimento de recursos à adesão a uma política nacional de segurança. Os secretários protestaram que isso feria a autonomia dos estados. A PEC mudou. Nesse ponto, Avelar puxou a orelha do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Fundo

Um ponto de elogio é a criação do Fundo Nacional de Segurança, para custear o setor. Sobre ele, porém, ainda não há detalhamento de como será mantido. Os secretários defendem o uso de dinheiro saído das apostas bets. “Vamos trabalhar para que seja incluído”.

Sem discussão

Segundo ele, a primeira versão ficou ruim porque não houve debate da proposta com os demais envolvidos. “Essa discussão não aconteceu porque a Casa Civil não deixou”. Esses detalhes Avelar contou em café com jornalistas na manhã de terça-feira (24).

Motta e Alcolumbre vão ao STF defender emendas

Audiência pública foi agendada para sexta por Flávio Dino

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Alcolumbre e Motta entram na trincheira por emendas

Por Karoline Cavalcante

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), se prepararam para comparecer à audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nesta sexta-feira (27). O foco do debate será a execução de emendas parlamentares impositivas, aquelas que devem obrigatoriamente ser pagas pelo governo federal. Os dois representantes do Congresso Nacional pretendem usar a ocasião para reforçar a relevância dessas emendas para a autonomia do Legislativo.

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7688, 7695 e 7697, que questionam a obrigatoriedade das emendas foram movidas, respectivamente, pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pela Procuradoria-Geral da República e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O PSOL, na ADI 7697, argumenta que as emendas impositivas reduzem a discricionariedade do Executivo na gestão orçamentária, comprometendo a independência dos Poderes. Já as outras duas questionam dispositivos que disciplinam a alocação de recursos federais a estados, Distrito Federal e municípios por meio das emendas individuais, as chamadas “emendas Pix”.

Regras fiscais

O ministro da Suprema Corte e relator das ações, Flávio Dino, destacou a importância constitucional do tema e esclareceu que a audiência se

concentrará exclusivamente nas questões jurídicas, sem entrar em investigações sobre desvios de recursos. Ele também ressaltou que será analisado o impacto do crescimento das emendas no orçamento federal, a eficiência na alocação de recursos e o cumprimento das regras fiscais.

A audiência contará também com a participação de especialistas convidados pelo relator, além dos autores das ações e entidades como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Fórum de Governadores e a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).

Emendas

Em março deste ano, o Congresso aprovou um novo

regulamento para a execução das emendas, alinhando-se parcialmente às exigências de transparência do STF, embora o ministro Dino ainda identifique lacunas, como a falta de individualização nas emendas de comissão.

A controvérsia em torno das emendas impositivas, que se tornaram obrigatórias em 2015, se intensificou à medida que os valores destinados a elas aumentaram consideravelmente. Naquele ano, cada parlamentar tinha à disposição cerca de R\$ 16 milhões para alocar. Em 2025, esse valor subiu para mais de R\$ 37 milhões por deputado e quase R\$ 70 milhões por senador. As bancadas estaduais, por sua vez, receberão R\$ 528 milhões por estado. Esse au-

mento expressivo tem gerado debates sobre o impacto das emendas na gestão do orçamento federal e nas relações entre os Poderes.

Tensões políticas

A participação de Motta e Alcolumbre na audiência ocorre em meio a um momento delicado entre o Legislativo e o Executivo. Um exemplo disso é a recente aprovação, na última semana, pela Câmara, da urgência para o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 314/2025, que suspende a proposta do governo de aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Isso aconteceu apesar de várias tentativas do Executivo de construir um consenso com os parlamentares.

Pecuaristas querem que Bolsonaro apoie Tarcísio

Alan Santos/PR



Para pecuaristas, apoio de Bolsonaro viabilizaria Tarcísio

Após apoiarem Jair Bolsonaro (PL) ao longo de todo o seu governo e mesmo após ele deixar o Palácio do Planalto, pecuaristas e membros de associações do setor afirmam que o ex-presidente, hoje inelegível, deve abrir mão logo de tentar seguir na disputa eleitoral de 2026 e indicar um nome para que a direita tenha chances de derrotar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaro tem hesitado em definir o seu futuro eleitoral. Primeiro, porque ainda tenta reverter sua situação, embora isso pareça improvável. Segundo, porque avalia suas próprias perspectivas eleitorais e de sua família. Nesse sentido, levantamento do Paraná Pesquisas divulgado nesta terça-feira (24) aponta que tanto ele como sua esposa, Michelle Bolsonaro, ficariam em empate técnico com Lula se as eleições fossem hoje. Bolsonaro teria 37,2% das intenções de voto, e Lula, 32,8%. Contra Michelle, Lula teria 33,5%, e ela 30,2%. Contra Tarcísio, Lula apareceria com 34%, e o governador de São Paulo com 24,3%.

Em meio a conversas sobre o momento do setor, a sucessão presidencial do ano que vem ganhou espaço nas discussões da Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne (Feicorte), em Presidente Prudente (SP). O ex-presidente esteve no primeiro dia do evento, na semana passada, acompanhado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). E é justamente o governa-

dor de São Paulo o nome apontado de forma reservada por pecuaristas e integrantes de entidades ligadas ao setor como o mais adequado para representar a direita com a inelegibilidade de Bolsonaro até 2030.

Eles avaliam que, se o ex-presidente insistir em afirmar que está no páreo até o último momento, impedirá que outra liderança do espectro político consiga ganhar espaço no tabuleiro eleitoral para enfrentar um Lula, que, na visão deles, está em campanha todos os dias.

Nome viável

Pecuaristas ouvidos pela reportagem afirmaram que o histórico do próprio petista é um exemplo da necessidade de

ter um nome viável para os eleitores com antecedência. Eles citam a eleição presidencial de 2018, em que Lula foi impedido de disputar com base na Lei da Ficha Limpa.

Já se sabia que, caso ele não conseguisse participar da disputa, o substituto seria Fernando Haddad, atual ministro da Fazenda.

Embora tenha sido oficializado somente em 11 de setembro daquele ano como o nome do PT, o conhecimento prévio do eleitorado de que ele era o nome apoiado por Lula o tornou competitivo na eleição decidida no segundo turno contra Bolsonaro, avaliam.

Com o ex-presidente, dizem, isso não acontece hoje, já que a direita está sofrendo

uma pulverização de nomes que podem ou desejam disputar a eleição de outubro do ano que vem.

Além do próprio Bolsonaro, que além de inelegível até 2030 é réu sob acusação de liderar uma trama golpista, cinco governadores são cotados para concorrer no ano que vem: Tarcísio; Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás; Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais; Ratinho Junior (PSD), do Paraná; e Eduardo Leite (PSD), do Rio Grande do Sul.

Os dois últimos integram o partido presidido por Gilberto Kassab, secretário de Governo e Relações Institucionais de Tarcísio.

Kassab esteve em Presidente Prudente com o governador e Bolsonaro, de quem ganhou afago e a medalha dos três “Is” “imbrochável, incomível e imorrível”.

O ex-presidente abriu seu discurso de quase seis minutos falando de Kassab, a quem qualificou como “presidente do maior partido, depois do PL”, seguido de um sorriso e de um aperto de mãos.

Dos cinco governadores no mapa eleitoral, só Tarcísio está em primeiro mandato e pode tentar a reeleição em seu estado.

Para os pecuaristas ouvidos pela reportagem, no entanto, Tarcísio deixaria a disputa estadual de lado e atenderia a uma eventual convocação de Bolsonaro para concorrer ao Palácio do Planalto.

Marcelo Toledo (Folhpress)